

São Paulo, dia 28 de outubro de 2019

DOCREC

721/2019

Ofício endereçado ao Sr. Presidente Eduardo Tuma e ao Srs. Vereados do Colegiado da Câmara Municipal de São Paulo e aos Srs. 55 vereadores da Câmara Municipal.

Nós trabalhadores da feira dá madrugada solicitamos que abram uma CPI urgente para apurar as irregularidades do consórcio Circuito de Compras da feira da Madrugada que está sendo cometido contra os cofres públicos da cidade e regularizar a situação de todos os 4 mil trabalhadores e mais 60 mil empregos que estão sendo destruídos por um grupo de empresários chineses e brasileiros que estão trazendo um grande prejuízo para os cofres públicos da cidade de São Paulo. E nós compreendemos que os senhores têm o dever de preservar os cofres públicos da prefeitura da cidade de São Paulo e o desenvolvimento de trabalho dessa cidade. Pois isso não é possível, aqueles que foram eleitos para defender os cofres públicos do município e recebem uma denúncia, que pelo menos façam uma investigação. Isso está escrito na constituição que é um dever dos parlamentares que forem eleitos democraticamente, defender os cofres público e o interesse da maioria da população da cidade de São Paulo. Solicitamos que os senhores abram uma CPI urgente para garantir os nossos direitos e apurar a irregularidades que estão sendo violadas pela prefeitura e um grupo de empresários chineses e brasileiros que segundo comentários, não estão pagando IPTU ou pagam abaixo de preço de mercado sobre as transações financeira de compras e vendas de box que não pagam os impostos, não registram os trabalhadores nem pagam os encargos do governo. E pior, os encargos trabalhistas. Isso é um absurdo que o legislativo e o executivo da cidade de São Paulo não tomem as providências e não cumpram a Constituição Federal do país, porque segundo a justiça, estão envolvidos em desvio de milhões de dinheiro público na lava jato, operação pandora, sonegação de impostos e dívida de IPTU na cidade de São Paulo e outros estados. Esse grupo ganhou uma licitação, que foi de carta marcadas de uma área pública da união administrada pela prefeitura de São Paulo, que não toma nenhuma providência.

Solicitamos para que o ministério público tome às providências cabíveis e que deu a entender que está se criando um poder paralelo da organização que faz suas próprias leis, ignorando as leis da Constituição Federal, e se não forem tomadas as providências, vai passar por cima da lei da nossa constituição, isso é um absurdo. Solicitamos aos Srs. Vereadores que cumpram a constituição Federal e abra uma CPI urgente para apurar as irregularidades do Consórcio Circuito de Compras e da Prefeitura da cidade de São Paulo e garantir os direitos dos 4 mil trabalhadores, que trabalhavam no local antes da licitação e os direitos democráticos do nosso país. Como exemplo: nós microempresários, quando fazemos uma venda somos obrigados a emitir uma nota fiscal, pagar os impostos e quando contratamos um funcionário somos obrigados a registrar o funcionário e pagar os direitos trabalhistas. Se alugamos, ou compramos um galpão temos que pagar o IPTU para a cidade de São Paulo. Mas não é isso que acontece com o Consórcio. Com a permissão do legislativo e da prefeitura de São Paulo, eles fizeram várias transações financeiras milionárias. Sem pagar os impostos, como exemplo não pagam o IPTU, e se pagam, é abaixo do preço de mercado. Por que os procedimentos são diferentes em ambas as situações? Fizeram a licitação de uma área pública da União administrada pela Prefeitura da Cidade de São Paulo, não estão cumprindo o contrato de licitação da prefeitura com o consórcio. Dando a entender, que há um poder paralelo.

RECEBIDO
Comissão de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa

Em 30/10/19 às 14:50

RF 17261

DFP - SP.22 - 30/10/2019 - 16:37 - 010670 - 1/2

✓ Para fazerem suas próprias leis, não considerando as leis da Constituição Federal. É feito vista grossa pela prefeitura e permitindo a licitação. Como exemplo temos; existiam 4 mil trabalhadores que trabalhavam no local desde o início da feira da madrugada em 2006, antes dessa licitação, em uma reunião com o ex-prefeito Fernando Haddad ele falou que o ministério público estava pedindo para fechar a feira da madrugada, para fechar os boxes de latas, lonas e os tripés. Porque não tinha rota de fuga, e poderia acontecer um incêndio e uma grande tragédia. Nós concordamos com o fechamento da feira durante os seguintes 45 dias, para que fossem feitos os 4 mil boxes de alvenaria para os trabalhadores que trabalhavam no local. Mas essa construção, levou 6 meses e ele entregou os 4 mil boxes de alvenaria, mas por ser um projeto social, na entrega dos boxes, ficou acordado que se pagaria 24 parcelas de R\$910,00, através de um boleto bancário pago para a prefeitura, para cobrir as despesas. Depois que pagassem as 24 parcelas de R\$910,00, seria cobrado uma taxa de R\$300,00 para cobrir a manutenção das despesas da feira da madrugada. Depois da entrega dos boxes, que ele disse que seria um bem permanente de família, após um ano que estávamos trabalhando no local novamente, ele mudou de ideia e convocou novamente para uma reunião, dizendo que iria fazer uma licitação, pois iria ser muito bom para os trabalhadores. Iria ter um espaço dentro de um shopping popular, com uma taxa de um projeto social e garantindo os direitos dos 4 mil trabalhadores. Compreendemos que foi uma licitação de carta marcada, que não deu nenhuma oportunidade para nós trabalhadores concorrermos à essa licitação. Como exemplo, protocolei um envelope na secretária do trabalho, que cada trabalhador depositava R\$3000,00 na conta da prefeitura, totalizando 12 milhões de reais, e parcelava o restante por 35 anos. No dia da licitação, protocolei na mesa da juíza da licitação, e não foi aceito e ainda me deram voz de prisão. Mas como eu estou em um país democrático eu falei que poderiam me prender porque estava defendendo o direito de 4 mil trabalhadores e não de um consórcio que sabemos que é um grupo que segundo a justiça comete irregularidades. Eles não estão cumprindo o contrato de licitação, ao invés de remanejar a gente para um local de trabalho adequado para vendas, na calada da noite chamaram a guarda metropolitana e a polícia militar, que dispararam tiros de borracha e bombas, ferindo vários trabalhadores, expulsando para trabalharem nas calçadas das ruas, ferindo os direitos humanitários dos trabalhadores. Como se não bastasse, a prefeitura e o consórcio estão mandando cobrar uma dívida que é ilegal judicialmente, bloqueando os bens e contas bancárias. Aproximadamente, no valor de R\$33.400,16. Isso está impossibilitando de nós mantermos nossas microempresas e os funcionários, e nós mesmos de continuarmos trabalhando. Isso é uma injustiça social, solicitamos aos Srs. Vereadores que abram uma CPI para apurar as irregularidades da Prefeitura e do Consórcio Circuito de Compras SPE S.A

Atenciosamente,

Alex Omar Cabral



RG: 9.820.715-5

Endereço: Rua: José Silva Alcântara filho, N° 205

Bairro: Burgo Paulista

CEP: 03680 000 - São Paulo - SP /

Celular: (11) 94712-6173

Telefone: (11) 2041-8715